



EDIÇÃO 231 ABRIL 2021

DECISÃO

Conselho
aprova contas
e ratifica
contribuição

PÁGINA 9

Amagis e Ejef
fortalecem
parceria
cultural

PÁGINA 13

Magistradas
superam
desafios na
sociedade

PÁGINAS 14 A 16



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Amagis avança em quatro conquistas neste ano

Em apenas três meses de atuação neste ano, a Amagis obteve importantes conquistas para a classe. A primeira foi o pagamento, a partir de março, de direitos de magistrados aposentados; em seguida, a regulamentação da compensação por acúmulo de acervo, a qui-

tação de férias-prêmios e a realização de estudos para reposição de valores descontados indevidamente. A Associação também avança na aprovação do projeto de lei que cria benefício especial de migração para o regime complementar da Previdência.

PÁGINAS 3 A 6

Reestruturação é marco nos 45 anos da Amagis Saúde



No dia 22 deste mês, a Amagis Saúde chega aos 45 anos, tendo como marco a reestruturação administrativa. “O sucesso administrativo da Amagis Saúde é prova da capacidade de gestão e compromisso das Diretorias, reconhecidos pela ANS”, afirmou o presidente Alberto Diniz.

PÁGINAS 24 A 26

QUATRO CONQUISTAS PARA A CLASSE EM TRÊS MESES DO ANO

POR ALBERTO DINIZ*

“Em apenas três meses deste ano, já alcançamos duas importantes conquistas para a Magistratura e estamos próximos de consagrar outras duas”

A exemplo do que faz há 65 anos, a Amagis mantém-se ativa e vigilante na defesa da Magistratura junto aos três Poderes, apesar das limitações da pandemia. Foi assim no ano passado, quando reduzimos perdas e danos por meio de intensa atuação na reforma da previdência estadual. Neste ano, em apenas três meses de gestões continuadas, já alcançamos duas importantes conquistas e estamos próximos de consagrar outras duas.

A primeira foi o reconhecimento do TJMG ao pagamento, desde o mês passado, de direitos de magistrados aposentados, valorizando a quem dedicou sua vida às causas do Judiciário e da Justiça.

Ainda em março, obtivemos vitória significativa, após cinco meses de consecutivas reuniões junto ao Tribunal sobre o acúmulo de acervo processual no 1º e 2º Graus. De maneira afirmativa e empenhada, o presidente do Tribunal, desem-

bargador Gilson Soares Lemes, regulamentou os critérios de compensação e ainda estabeleceu que o exercício da judicatura em situação de sobrecarga de trabalho caracteriza assunção de acervo. E mais, o direito a essa compensação será retroativo a setembro de 2020, conforme nosso pleito.

Ainda no âmbito do Tribunal, solicitamos ao presidente Gilson Lemes que promova estudos, visando o pagamento de valores descontados dos magistrados, indevidamente, a título de imposto de renda sobre os juros de mora incidentes nos valores devidos de “Equivalência Salarial” e “URV”, de forma administrativa. A conquista será possível após oito anos de batalha judicial encerrada no STF.

Para coroar os bons resultados destes primeiros quatro meses do ano, estamos perto de consolidar o exitoso trabalho feito, em 2020, na reforma da previdência estadual. A partir de nossa gestão, o Poder Executivo deverá enviar, neste mês, projeto de lei à Assembleia Legislativa, que cria benefício especial de migração para o regime complementar da Previdência. Em sintonia com o TJMG, intensificaremos a interlocução com o Legislativo por sua célere aprovação.

Outra vitória, que é motivo de grande orgulho para Magistratura mineira, são os 45 anos, completados neste mês, de gestão bem-sucedida e dedicada da Amagis Saúde.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Amagis requer devolução de descontos indevidos ao TJMG **PÁG 03**
- Amagis conquista compensação retroativa por acúmulo de acervo **PÁG 04**
- Amagis atua por benefício de migração na Previdência **PÁG 06**
- Órgão Especial autoriza acréscimo de tempo de serviço **PÁG 07**
- Magistratura perde o líder e ministro Paulo Medina **PÁG 08**
- Conselho Deliberativo ratifica percentual de contribuição **PÁG 09**
- Aparelhos usados pelo crime são doados à educação **PÁG 11**
- Para entender e superar o racismo na sociedade **PÁG 12**
- Amagis e Ejef celebram 150 anos de Alphonsus de Guimaraens **PÁG 13**
- Juízas superam barreiras culturais na profissão **PÁG 14**

- Médico alerta sobre impactos da pandemia na saúde da mulher **PÁG 16**
- Entrevista: Ana Paula Caixeta **PÁG 17**

+SAÚDE!

- Extrato de IRPF está disponível no APP da Amagis Saúde **PÁG 22**
- Plano vacina contra a gripe **PÁG 23**
- Reestruturação do plano foi principal conquista dos 45 anos **PÁG 24**
- Amagis Saúde sugere reavaliação de cirurgias eletivas **PÁG 27**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Amagis requer devolução de descontos indevidos ao TJMG

Tribunal atende Associação e paga férias-prêmio

Em mais uma ação em defesa dos direitos da classe, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, entregou, no dia 25 de março, ao presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, ofício solicitando devolução de valores descontados indevidamente de magistrados associados.

A título de imposto de renda, o Tribunal de Justiça realizou descontos nas parcelas pagas aos magistrados em forma de juros de mora dos valores devidos referentes à Unidade Real de Valor (URV) e equivalência salarial.

Em 2013, a Associação ingressou com ação ordinária, em favor dos associados, pugnando pela inconstitucionalidade da incidência de IR sobre essas parcelas.

Durante julgamento de mérito do tema de Repercussão Geral nº 808, no recurso extraordinário 855091, realizado em março, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou “não ser recepcionada pela Constituição de 1988 a incidência de Imposto de Renda por exercício de em-

prego, cargo ou função”.

Com a decisão do STF, de repercussão geral, o presidente da Amagis avaliou que a questão pode ser resolvida de forma administrativa. No ofício, Alberto Diniz solicitou que o Tribunal promova estudos para o pagamento de valores descontados dos magistrados, conforme ocorreu recentemente no pagamento de plantões.

FÉRIAS-PRÊMIO

No dia 1º de abril, o TJMG efetuou o pagamento de parcela de férias-prêmio aos magistrados que fazem jus a esse direito, conforme informou o presidente do Tribunal, desembargador Gilson Lemes, no dia 31 de março.

O presidente Alberto Diniz agradeceu ao presidente do TJ por ter atendido mais esse pleito da Amagis em favor dos magistrados. No dia 8 de fevereiro, o presidente da Associação reuniu-se com o presidente do TJ, a quem entregou ofício solicitando o pagamento das férias-prêmio.

No documento, o presi-



Alberto Diniz entrega ofício a Gilson Lemes no TJMG

dente Alberto Diniz ressaltou a previsão legal contida na Lei Complementar 59/2021, a redação dada pela Lei 146/2018, exis-

tência de previsão Constitucional e normativa, e a Resolução 133 do CNJ, que normatiza o pagamento do benefício.●

**É preciso ter
boa visão
para seguir
em frente.**

Leonardo Romano Tibúrcio
Diretor Técnico-Médico
CRM-MG 32.782

Consulte com nosso time
de oftalmologistas
pelo plano Amagis Saúde.

☎ (31) 3235.0033
📞 (31) 3235.0003
📍 neoviladaserra

Alameda Oscar Niemeyer, 1033, Sala 220
Portarias 3 ou 4
Bairro Vila da Serra - Nova Lima


neo
oftalmologia
UNIDADE VILA DA SERRA

Amagis conquista compensação retroativa por acúmulo de acervo

Em menos de um mês, Associação obtém segunda vitória

Após cinco meses de intensa gestão da Amagis, o TJMG atendeu e publicou, em 12 de março, no Diário do Judiciário Eletrônico, a resolução 958/2021 que altera os critérios de compensação por acúmulo de acervo. Cinco dias depois, o TJ publicou a portaria da Presidência nº 5.111/PR/2021. E mais, o direito a essa compensação será retroativo a 10 de setembro de 2020, conforme pleito da Amagis.

O presidente Alberto Diniz, que atuou pela alteração dos critérios de compensação desde o ano passado, ressaltou a disposição do presidente do TJMG para dialogar com a Associação. “O diálogo com o presidente do Tribunal tem sido fundamental para que possamos obter conquistas para a classe”, afirmou.



Presidentes da Amagis e do TJMG durante reunião no Tribunal

implementação da medida de compensação por assunção de acervo processual. No dia 13, a Amagis mobilizou os magistrados

o presidente do TJMG, Gilson Soares, no dia 28 de setembro, com o mesmo objetivo.

No dia 19 de outubro de

Alberto Diniz participou de reunião com presidentes de Associações de magistrados da região sudeste para articulação em defe-

“O diálogo com o presidente do Tribunal tem sido fundamental para que possamos obter conquistas para a classe”

Desembargador Alberto Diniz, presidente da Amagis

Após publicação do CNJ da recomendação nº 75, no dia 9 de setembro de 2020, o presidente da Amagis se reuniu, no dia seguinte, com o presidente do TJMG, para pleitear a

para que enviassem sugestões sobre a implementação do direito e as encaminhou ao Tribunal quatro dias depois. Outro encontro da Diretoria da Amagis foi realizado com

2020, o encontro foi com a presidente da AMB, juíza Renata Gil, e juízes mineiros para tratar da implementação da recomendação nº 75. Já no dia 22 de outubro, o presidente

sa da iniciativa.

Em menos de um mês, essa foi a segunda conquista da Amagis para a classe. A primeira se efetivou, no início de março, quando o TJMG passou a



ACESSE A RESOLUÇÃO 958/2021, QUE ALTERA OS CRITÉRIOS DE COMPENSAÇÃO POR ACÚMULO DE ACERVO.

Baixe um aplicativo leitor de QRCode em seu celular para ler os códigos ao lado

ESCANEIE O QR CODE E VEJA A PORTARIA DA PRESIDÊNCIA Nº5.111/PR/2021.



pagar os magistrados que se aposentaram nos últimos cinco anos, com saldo de dias provenientes de designação para atuação em plantão, turma recursal e direção do foro. Os pagamentos são feitos de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária do TJMG.

REGULAMENTAÇÃO

Com a decisão do TJMG, o inciso X, do artigo 2º da Resolução do Órgão Especial 945/2020, ganhou nova redação e ficou da seguinte forma: “o acúmulo de acervo processual: 1 dia [um] de crédito para compensação a cada 5 [cinco] dias de exercício, alternados ou consecutivos, em unidade judiciária

com sobrecarga de acervo, por critérios quantitativos ou qualitativos, nos termos de Portaria da Presidência”.

De acordo com a portaria da Presidência nº 5.111/PR/2021, terá direito ao dia de compensação por acúmulo de acervo processual os(as) magistrados(as), de 1º ou 2º graus, que exercerem suas funções com sobrecarga de trabalho.

Entre os critérios que caracterizam essa sobrecarga, estão o exercício simultâneo da jurisdição em mais de uma unidade judiciária, acúmulo de acervo processual em unidade judiciária com distribuição anual superior a mil feitos judiciais por magistrado, ou exercício da judicatura, com

o mesmo requisito quantitativo. No exercício da judicatura, devem ser observadas as seguintes hipóteses: prolação de sentenças de mérito; votos na condição de relator no Tribunal de Justiça ou em Turma Recursal, realização de júri na condição de presidente da sessão de julgamento; realização de audiência de instrução e julgamento.

Em casos de atuação durante o mesmo ano e de forma concomitante, em áreas diversas ou hipóteses distintas, o quantitativo de feitos judiciais exigidos para a caracterização de acúmulo de acervo processual será aferido proporcionalmente aos respectivos períodos de atuação.

Por ato do presidente do Tribunal, também po-

derá caracterizar sobrecarga de trabalho o exercício exclusivo de cargo ou função administrativa de relevância institucional, de assessoramento ou de apoio à atividade fim, com exclusividade, em que a singularidade das atividades desempenhadas importe em estado de permanente sobreaviso.

O presidente do TJMG poderá, excepcional e justificadamente, reconhecer condição de sobrecarga de trabalho caracterizadora de assunção de acervo em situação diversa daquelas previstas no artigo 3 da portaria. *Acesse a resolução 958/2021 e a portaria da Presidência nº 5.111/PR/2021 nos Qr Codes da página 4.* ●

PASSO A PASSO DA CONQUISTA

● 8 de setembro de 2020

Plenário do CNJ aprova recomendação nº 75 para que os Tribunais implementem a compensação por assunção de acervo processual.

● 9 de setembro de 2020

A recomendação nº 75 é publicada pelo CNJ.

● 10 de setembro de 2020



O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, se reúne com o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, para pleitear a implementação da recomendação do CNJ de compensação por assunção de acervo processual.

● 13 de setembro de 2020

Amagis abre para que os magis-

trados enviem sugestões para implementação do direito à compensação por assunção de acervo, que serão encaminhadas ao TJMG.

● 17 de setembro de 2020



Presidente da Amagis entrega sugestões de regulamentação de compensação por assunção de acervo ao presidente do TJMG.

● 28 de setembro de 2020

Diretoria da Amagis se reúne com presidente do TJ para discutir compensação por acúmulo de acervo.

● 19 de outubro de 2020

Presidente da Amagis se reúne com Renata Gil, presidente da AMB, e juizes mineiros para tra-

tar da implementação da recomendação nº 75.

● 22 de outubro de 2020



Presidente da Amagis participa de reunião com presidentes de Associações de magistrados da região sudeste para articulação pela implementação da medida.

● 11 de março de 2021

Publicação da Resolução 958/2021, que reconhece o direito à compensação por assunção de acervo.

● 17 de março 2021

Publicação da Portaria Nº 5.111/PR/2021, que regulamenta os critérios para que os magistrados tenham direito à compensação.

Amagis atua por benefício de migração na Previdência

Alberto Diniz reuniu-se com o secretário Gustavo Corrêa

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, reuniu-se, no dia 5 de abril, com o presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes, e com o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares, para realizar estudo prévio do projeto de lei para criação do benefício especial de migração para o regime complementar da Previdência. O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Enéias Xavier, e o procurador-geral adjunto de Justiça, Carlos André Mariani, também participaram do encontro.

Esse encontro foi precedido de outro, no dia 16 de março, quando o presidente Alberto Diniz reuniu-se com o secretário-adjunto de Governo, Gustavo Corrêa, para solicitar o envio de projeto de lei que criará o benefício especial de migração para o regime complementar de Previdência.

A medida foi incluída na reforma da Previdência estadual por gestões da Amagis e parceiros do Fórum de Carreiras Típicas de Estado (Fomcate), e foi incorporada na forma do artigo 34 da Lei Complementar 156/2020. De acordo com a norma, o Poder Executivo é obrigado a encaminhar projeto de lei sobre o benefício de migração ao Legislativo estadual.

Segundo Alberto Diniz, o secretário Gustavo Corrêa se demonstrou aberto ao diálogo para que o projeto de lei seja apresentado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O presidente da Amagis também ressaltou a importância da participação do presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Enéias Xavier, e do

AMAGIS



Reunião no TJMG avalia a proposta de criação de benefício de migração previdenciária



Presidente Alberto Diniz solicitou envio do projeto ao secretário Gustavo Corrêa

deputado estadual João Magalhães na reunião.

De acordo com ele, a Associação manterá o diálogo permanente com o Executivo, o Judiciário e o Legislativo, para a tramitação e aprovação do projeto, assim como fez durante a reforma da previdência estadual, impedindo retrocessos e obtendo a aprovação de emendas de interesse da Magistratura.

Como consequência da atuação da Amagis e parceiros, a contribuição extraordinária foi excluída do texto final, impedindo que o Governo do Estado instituisse esse mecanismo caso as contas da previdência continuassem deficitárias mesmo depois da implementação das novas regras. Também foi reduzido o impacto das novas contribuições previdenciárias, que, na proposta

do governo, seriam de 13% a 19% e, no texto aprovado, ficou entre 11% a 16%.

Em atenção a uma reivindicação de aposentados e pensionistas, a Amagis conquistou a manutenção do pagamento dos proventos e pensões pelo próprio TJMG. A Amagis também garantiu o reajuste automático dos valores das faixas vinculados ao Regime Geral da Previdência Social. ●

Órgão Especial autoriza acréscimo de tempo de serviço

Alberto Diniz saudou decisão do colegiado e a atuação da AMB

GEORGIA BAÇVAROFF



Presidente Alberto Diniz representa a Magistratura nas sessões do Órgão Especial

Para fins de concessão de abono de permanência e de aposentadoria, o Órgão Especial do TJMG autorizou, no dia 10 de março, o acréscimo de 17% ao tempo de serviço dos magistrados do sexo masculino que ingressaram na carreira até 16 de dezembro de 1998. Nessa época, houve mudança nas regras de aposentadoria apenas para os homens.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, que participou da sessão, saudou a decisão dos membros do Órgão Especial e destacou a importância do trabalho da AMB e Associações estaduais para que os magistrados tivessem seu direito reconhecido.

A decisão do colegiado foi tomada após o Supremo Tribunal Federal ter admitido o acréscimo, no 19 de fevereiro, durante julgamento da Reclamação 10.823, proposta pela União contra decisão do Conselho Nacional de Justiça e do Mandado de Segurança 31.299, impetrado pela AMB contra ato do Tribunal de Contas da União e da Presidência da República.

A AMB defendeu, em ambas as ações, que o não reconhecimento da contagem de 17% sobre o tempo de trabalho exercido antes da EC 20/98 acarretaria uma redução de direitos.

DEFESA JURÍDICA

Na pauta judicial, o Departamento Jurídico da Amagis obteve decisões favoráveis em processos de interesse de associados. Na primeira, o Órgão Especial acolheu os embargos de declaração visando obtenção de aposentadoria integral.

No outro julgamento, o colegiado deliberou pelo não conhecimento de agravo interposto pela OAB-MG, mantendo decisão de arquivamento favorável a associada. A defesa jurídica dos filiados é patrocinada gratuitamente pela Amagis, que coloca o Departamento Jurídico à disposição dos magistrados da ativa, aposentados e pensionistas. ●

“Vejo como absolutamente necessário o apoio que a Amagis empresta ao magistrado nos momentos em que ele é instado pela mídia e nas redes sociais. Quando precisei de ajuda para solucionar questões ocorridas no início da pandemia, a Associação emprestou seu apoio e divulgou uma nota esclarecedora.”

Miriam Vaz Chagas, juíza da Comarca de Ribeirão das Neves



Magistratura perde o líder e ministro Paulo Medina

Magistrado presidiu a Amagis durante o biênio 1994-1995

A Amagis emitiu nota de pesar pelo falecimento do ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina, ocorrido no dia 3 de abril, em Belo Horizonte, aos 79 anos, mais uma vítima da Covid-19. A associação enviou seus sentimentos de profundo pesar aos familiares e amigos.

Paulo Medina foi um líder que ajudou a construir uma Magistratura forte e pujante. Foi presidente da Amagis, de 1994 a 1995, e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), de 1996 a 1997. Em seguida, de 1997 a 1999, presidiu a Federação Latino-Americana de Magistrados. Em 2001, foi nomeado ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1965. Ingressou na Magistratura mineira em 1968, tendo atuado nas Comarcas de Ervália, Camanducaia, Santos Dumont, Conselheiro Lafaiete e de Belo Horizonte. Ingressou no Tribunal de Alçada em 1985. Tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça de Minas em 1991, e foi corregedor-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais. Era natural da cidade de Rochedo de Minas [Zona da Mata].

Em uma das últimas visitas que realizou à Amagis, fez questão de ressaltar que voltava à sua casa. "A Amagis foi muito importante na minha vida, na liderança que exerci a favor da Magistratura mineira e nacional, e importante pela considera-

DIVULGAÇÃO/STJ



Ministro Paulo Medina ajudou a construir uma Associação forte e representativa

ção e confiança que os juízes tiveram em mim", afirmou.

Diversas outras entidades, como o STJ e o TJMG, manifestaram pesar pelo falecimento de Paulo Medina. O presidente do Tribunal mineiro, de-

sembargador Gilson Lemes, destacou a trajetória profícua do ministro em prol da Justiça e da Magistratura.

O corpo do ministro Paulo Medina foi cremado e as cinzas serão levadas para sua cidade natal. ●



O NUTRIS MERECE O SEU APOIO!

O Nutris, entidade social mantida pela Magistratura mineira e que atende a cerca de 200 crianças de famílias com baixa renda em Belo Horizonte, está ampliando seu espaço físico para receber mais crianças a partir de 2019. Mas, para isso, precisa e merece receber seu apoio e contribuição!

Para saber como ajudar, entre em contato:

No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)

Na Amagis: (31) 3079-3471 (Falar com Arianne)



Conselho Deliberativo ratifica percentual de contribuição

Conselheiros aprovaram contas da Amagis e Amagis Saúde



Membros do Conselho Deliberativo avaliaram as contas da Amagis e requerimentos de associados

Em reunião realizada no dia 22 de março, o Conselho Deliberativo da Amagis ratificou o modelo e percentual da contribuição associativa conforme praticado desde o ano 2000. Os conselheiros também aprovaram as contas de 2020 da Amagis e a Amagis Saúde.

A decisão do Conselho Deliberativo foi fundamentada no relatório e no parecer da Comissão de Estudos instituída pelo presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, no dia 27 de janeiro, com

lorigação e defesa da classe, além dos cuidados permanentes com a saúde dos magistrados. E também para a promoção do descanso, lazer e integração da Magistratura, garantindo a manutenção das colônias de férias, do Parque Esportivo e o suporte oferecido a juízes e juízas do interior que se hospedam no Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito [CAMT].

O presidente Alberto Diniz reafirmou que a Amagis tem suas finanças equilibradas e que a Diretoria sabe da impor-

das as questões de interesse da classe são tratadas com absoluta competência e senso de oportunidade. A Associação tem sido o porto seguro do juiz. Você, Alberto, como nosso timoneiro, como nosso líder maior da Magistratura, tem nos conduzido muito bem, especialmente sob o aspecto financeiro e da transparência”, afirmou.

Em nome do colegiado, o desembargador Antônio Armando dos Anjos aderiu às palavras do desembargador Nelson

“Estamos cientes e conscientes do nosso papel associativo e das funções que Amagis deve desempenhar em favor da classe. A Associação está aberta a todos”

Alberto Diniz, presidente da Amagis

o objetivo de analisar a possibilidade de alteração da contribuição associativa.

O presidente Alberto Diniz decidiu criar a comissão em reunião da Diretoria da Associação, realizada no dia 18 de janeiro, após apreciação de requerimento apresentado por magistrados, questionando o percentual de 1% sobre as verbas remuneratórias estabelecido no ano 2000.

Na avaliação dos conselheiros, a contribuição é indispensável para que a Amagis mantenha a qualidade dos serviços prestados aos associados na va-

tância e de seus compromissos para com os associados. “Estamos cientes e conscientes do nosso papel associativo e das funções que Amagis deve desempenhar em favor da classe. A Associação está aberta a todos. Unidos, continuaremos a ser os únicos e legítimos representantes da Magistratura mineira”, disse

Membro nato do Conselho Deliberativo, o desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Amagis e do TJMG, saudou o presidente Alberto Diniz pela gestão ética e democrática. “Gestão ética, séria e transparente. To-

Missias em reconhecimento ao trabalho do presidente Alberto Diniz e de toda a Diretoria da Amagis. Membro do Conselho, o juiz Carlos Alberto da Silva ressaltou a gestão do presidente Alberto Diniz durante a pandemia que, na avaliação dele, é um dos momentos mais difíceis vivido por todos.

O Conselho Deliberativo rejeitou ainda as propostas de venda da Colônia de Férias de Caldas Novas [GO] e de alteração do Regulamento das Unidades Sociais da Amagis, mantendo a proibição de animais nas colônias, Parque Esportivo, CAMT e demais dependências da Associação.●

ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS



mgl.com.br

Contrate nossos serviços:

0800 242 2218

37 9 9827 5613

indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



GRUPOCRÉDITO

Nossas especializações:

Administração Judicial/Falência

Inventariante Judicial

Avaliação de Imóveis

Depósito de Bens

Atuante em inúmeras cidades

Aparelhos usados pelo crime são doados à educação

Juiz entregou 461 celulares para Secretaria de Educação de BH

DIVULGAÇÃO/TJMG

Objetos que eram utilizados para prática de crimes tiveram destinação social de ajudar a promover a inclusão de acesso à educação. Esse foi o resultado da ideia do juiz Wagner Cavalieri, titular da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem, na Grande Belo Horizonte. O magistrado disponibilizou 461 aparelhos de celular para a Secretaria de Educação de Belo Horizonte como forma de contribuir para inclusão de crianças carentes nas aulas on-line. A entrega foi feita no dia 26 de março.

Os aparelhos doados são provenientes de apreensões realizadas na Penitenciária Nelson Hungria, localizada em Contagem, e foram todos formatados e restaurados pela empresa Allarms, que entendeu o caráter social do projeto e fez um orçamento em preço inferior ao praticado no mercado, através de verbas das penas pecuniárias.



Juiz Wagner Cavalieri, titular da Vara de Execuções Criminais de Contagem

essa ideia, dando utilidade para os aparelhos que seriam destruídos.

“A minha equipe trabalhou fora do expediente para fazer a triagem dos equipamentos que poderiam ser uti-

mente e não mediu esforços para destinar os aparelhos.

“Acho que é uma iniciativa em dar uma utilidade de relevância social para equipamentos que estavam

“Acho que é uma iniciativa em dar uma utilidade de relevância social para equipamentos que estavam sendo utilizados para crimes e que seriam destruídos, revertendo para o uso da sociedade”

Wagner Cavalieri, juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem

O juiz Wagner Cavalieri contou que, há alguns meses, viu uma notícia de que a Secretaria de Educação de Belo Horizonte estava com essa necessidade, o que despertou nele

lizados e, em seguida, contratamos uma empresa para fazer a formatação e pequenos reparos”, revelou o magistrado, que destacou ainda que sua equipe abraçou a ideia pronta-

sendo utilizados para crimes e que seriam destruídos, revertendo para o uso da sociedade, possibilitando várias crianças terem acesso à educação”, observou Cavalieri.●

CURSOS OFERECIDOS PELA ENM

● **Violência Doméstica**

Carga horária: 20h/a

Inscrições: até 19 de abril

Período: 5 a 19 de maio

Vagas: 40

Modalidade: EaD

● **Governança de Terras**

Carga horária: 55h/a

Inscrições: até 30 de abril

Período: 18 de maio a 6 de julho

Vagas: 40

Modalidade: EaD

● **Análise Econômica do Direito**

Carga horária: 40h/a

Inscrições: até 17 de maio

Período: 10 de fevereiro a 1º de junho

Vagas: 40

Modalidade: EaD

● **Cultura de inovação transformação digital e tecnologia aplicada ao direito**

Carga horária: 20h/a

Inscrições: até 20 de julho

Período: 3 a 17 de agosto

Vagas: 40

Modalidade: EaD

PARA ENTENDER E SUPERAR O RACISMO NA SOCIEDADE

Os meios para reestruturação comunitária passam pela restituição, reparação e justiça

AMAURY SILVA*

A obra do camaronês Achille Mbembe pode ser considerada um dos mais importantes estudos sistematizados sobre história e ciência política, ao enfoque do posicionamento geopolítico da África no mundo e a questão racial que subjuga essa população. Há de fato em Mbembe uma preocupação em expressar como, quando e por que o colonialismo, a partir da centralidade da Europa, foi a engrenagem do primeiro capitalismo, até a ampliação do conceito de negro em franca operação pelo neoliberalismo.

Em *Crítica da Razão Negra* [N.1, Edições, 2018], o acadêmico expõe clareiras que permitem palmilhar os caminhos pretéritos do racismo e o devir-negro do mundo. Para o escritor, o primeiro momento que descortina a face cruel de uma espoliação organizada que sustentou

do poder na sua expressão política e econômica, a partir do modo de produção capitalista. É todo esse artifício que na concepção do professor Achille conduz à definição da razão negra, como um conjunto de conteúdos teóricos e práticos, composto por histórias, rituais, discursos e formulações para uma pretensa definição de que o homem africano é o sujeito racial, o negro; sem atributos morais ou jurídicos, a quem resta autorizada a instrumentalização.

Mesmo descrevendo as soluções de pouco alento para a questão racial, formuladas pelo filósofo francês Alexis de Tocqueville, o professor Mbembe no momento final dessa primorosa obra se esforça para ladrilhar sendas e saídas consistentes. De fato, para Tocqueville, a democracia racial seria dotada de uma precariedade para a solução do

e justiça. Na restituição, preconiza-se o reconhecimento de que todos têm uma parte do todo e somos garantes de que esse propósito se realize. Nessa restauração comunitária, não se pode esquecer da reparação ao que foi lesado; o que não foi compartilhado, deve ser compensado. A justiça estabelece assim o comando, mais amplo e maior do que proclamar a diferença, indo de encontro à ideia e realização do universal sem o peso da raça.

O papel reservado ao Direito Penal na esfera da luta antirracista não pode ser pensado sob um viés de solução veloz e suficiente. Não bastam a punibilidade e o combate às cifras negras que ocultam o volume grandioso de afetações racistas [Lei 7.716/89 e art. 140, § 3º, CP – crimes de racismo e injúria racial].

A violação do mínimo ético na ofensa racista deve ser repelida pelo poder punitivo do Estado como um fator ideário da justiça, pois dota o direito penal de uma funcionalidade de contrapoder. O cenário de superação é aquele empenhado por Giorgio Agamben [Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua, Belo Horizonte, UFMG, 2002]: afasta-se a técnica do

“A INTENSIDADE DESSE PENSAMENTO FORTALECE O ENTENDIMENTO DE QUE A RAÇA NÃO EXISTE EM PLATAFORMA NATURAL, ELA É UM CONSTRUTO ÚTIL, COM O FIM DELIBERADO DE SUSTENTABILIDADE DO PODER NA SUA EXPRESSÃO POLÍTICA E ECONÔMICA, A PARTIR DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA”

o modelo colonialista, foi o tráfico atlântico, transformando pessoas africanas em homens / mulheres – objeto – mercadoria – moeda.

No momento atual, que Mbembe identifica como a globalização, não há trabalhadores, a discussão da exploração do homem pelo capital é árida, pois todos atuam como nômades, ao largo de prazos e condições mutantes. Ser negro assume o significado do supérfluo, aquele que não tem serventia ou é descartável.

A intensidade desse pensamento fortalece o entendimento de que a raça não existe em plataforma natural, ela é um construto útil, com o fim deliberado de sustentabilidade

problema. A questão só seria resoluta se brancos e negros se misturassem, ou se fossem separados definitivamente. Como Tocqueville defende a impossibilidade dessa contextualização sob a batuta de um sistema democrático, a solução seria o retorno dos negros para a África, evitando-se a guerra racial.

Para a realidade de hoje do Brasil e Estados Unidos, duas grandes nações das Américas, a resolução com o rito do êxodo seria irracional. Mbembe acredita que exista um só mundo, composto de mil partes, que se designa humanidade. Os meios para reestruturação comunitária passam pela restituição, reparação

racismo, com o resgate de todos da condição de homo sacer [renegado]. É esse o caminho que legitima a soberania da humanidade.●

[*] Juiz da 6ª Vara Cível da Comarca de Governador Valadares. Professor, mestre em Estudos Territoriais [ênfase em Criminologia e Direitos Humanos], doutorando em Ciências das Comunicações interface com o Direito. Autor do livro “Crimes de Racismo”, em co-autoria com o advogado Artur Carlos Silva, Editora Mizuno, 2ª edição, 2020. Disponível em <https://www.editorajhmizuno.com.br/produto/crimes-de-racismo-teoria-e-pratica-81270>.

Amagis e Ejef celebram 150 anos de Alphonsus de Guimaraens

Retrato do poeta e magistrado foi instalado na sede da Associação

A Amagis e a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) promoveram, no dia 10 de março, live em comemoração aos 150 anos do poeta e magistrado Alphonsus de Guimaraens [1870-1921]. Na ocasião, foi inaugurado o retrato do escritor, instalado na sede da Associação, em Belo Horizonte.

Mineiro de Ouro Preto, Guimaraens vai para São Paulo depois de perder sua noiva Constança, em dezembro de 1888. Na capital paulista, cursa a Faculdade de Direito do Largo São Francisco e após se formar, em 1894, retorna para seu estado natal e, em 1906, torna-se juiz da Comarca de Mariana, onde faleceu.

Durante a live, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, disse que a Associação tem como compromisso incentivar a cultura. Ele observou que, na 8ª edição da MagisCultura, o desembargador Gutemberg da Mota e Silva publicou um rico ensaio sobre a vida e obra do poeta e magistrado. “Para nós, é uma alegria muito grande realizar essa homenagem, junto à Ejef, ao poeta e magistrado Alphonsus de Guimaraens”, afirmou.

O segundo vice-presidente do TJMG



Magistrados durante live em homenagem a Alphonsus de Guimaraens

[TJMMG], desembargador Fernando Armando Ribeiro, foi uma satisfação enorme ver o Judiciário envolvido em iniciativas como a homenagem a Guimaraens. “Vem muito a calhar, no momento em que nós vivemos, recobrar a memória de pessoas como Alphonsus de Guimaraens, não apenas pela importância histórica que ele tem como juiz e

de Alphonsus de Guimaraens, que atuou como juiz em Mariana e ficou conhecido como o Solitário de Mariana. Agradeço ao desembargador Alberto Diniz por ter abraçado essa causa”, comentou.

O presidente da Academia Mineira de Letras, Rogério Faria Tavares, disse que a homenagem tinha um significado muito especial para a instituição. “Celebrar o

“Estamos operando para a recuperação da memória do Judiciário, que representa também a história de muitas personalidades”

Desembargador Tiago Pinto, segundo vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef

e superintendente da Ejef, desembargador Tiago Pinto, agradeceu o apoio dos presidentes Alberto Diniz e Rogério Faria Tavares, da Academia Mineira de Letras, para realização da celebração. “Estamos trabalhando intensamente na Ejef com a gestão de memória e estamos iniciando, a passos largos, a digitalização de processos. E é nesse meio que estamos operando para a recuperação da memória do Judiciário, que representa também a história de muitas personalidades. Essa iniciativa cultural e educativa se faz nesse ambiente”, disse.

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais

como poeta, mas sobretudo para mantermos viva a chama dessa presença que é exatamente podermos perceber que o Direito também tem a ver com a sensibilidade. Afinal, a palavra sentença vem do latim sentire”, ponderou.

Segundo o superintendente-adjunto do Museu da Memória do Judiciário Mineiro, desembargador Marcos Henrique Caldeira Brant, o órgão sempre pesquisa e busca preservar a história das personalidades e faz tratativas com a Amagis nesse sentido, como em 2010, na homenagem a Thomáz Gonzaga. “Muitas dessas personalidades culturais também foram magistrados, como é o caso

sesquicentenário do patrono da Academia é motivo de júbilo. Nada melhor do que promover a história, que ilumina o presente e ajuda a pensar o futuro”, afirmou.

Presente na celebração, Lucas Guimaraens, bisneto do homenageado, agradeceu ao Judiciário mineiro por lembrar o sesquicentenário de Alphonsus de Guimaraens “Que ele, por si só, é eterno, o tempo já nos diz. O que muitas vezes não se é dito é o que ele também desenvolveu enquanto homem de sangue e carne e não o homem das palavras, que é o homem magistrado que ele foi. Por isso, agradeço a todos os presentes pela realização desta homenagem”, concluiu. ●



“Precisamos nos abrir e evoluir para um Tribunal com mais equidade, especialmente porque a diversidade, uma Justiça mais inclusiva, nos espaços de poder, de liderança enriquece as tomadas de decisão.”

Desembargadora
Paula Cunha e Silva,
superintendente adjunta
da Comsiv



“Quando passei no concurso da Magistratura, foi um orgulho para mim e o meu pai, que tinha essa visão do juiz um homem. Para ele, foi uma coisa inovadora.”

Juíza Roberta Chaves
Soares, 4º Juizado de
Violência Doméstica de
Belo Horizonte

Juízas superam barreiras culturais na profissão

Magistradas enfrentam os desafios em todas as esferas sociais



Magistradas falam de suas experiências no programa Pensamento Jurídico

De acordo com diagnóstico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as mulheres representam 38,8% das magistradas no Poder Judiciário. Contraditoriamente, a participação feminina entre servidores é de 56,6% e, nos últimos dez anos, 54,7% dos cargos de chefia nessa atividade têm sido ocupados por mulheres.

No período de dez anos, a evolução do percentual de magistradas no Judiciário foi de apenas 14,2 pontos percentuais. Diante desse quadro, o CNJ tem tomado medidas para promover a igualdade de gênero nos Tribunais de Justiça, como a Política de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.

No entanto, os obstáculos a serem enfrentados não estão restritos somente às relações de trabalho no Judiciário. Por muitas vezes, as magistradas precisam romper barreiras culturais para serem reconhecidas profissionalmente nas comarcas em que atuam.

Hoje, na Comarca de Teófilo Otoni (Vale do Mucuri), a juíza Bárbara Livio, presidente do Fórum Nacional de Juizes e Juízas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), passou por uma situação mais corriqueira do que inusitada quando atuava na Comarca de Januária (Norte de Minas).

Quando a magistrada despachava em seu gabinete, uma senhora bateu na porta à procura do juiz. Após Bárbara Livio se identificar, a mulher continuou insistindo para a magistrada chamar o juiz. “Foi uma das primeiras vezes que tive a sensação de que a sociedade poderia não me reconhecer como meus colegas homens, de que o imaginário popular do juiz é de um homem branco, um pouco mais velho”, comentou.

De acordo com Bárbara Livio, esse episódio ocorreu logo quando ela começou a atuar na comarca de Januária e, com o passar do tempo, com o seu trabalho, as pessoas passaram a reconhecê-la como juíza

da comarca. “Essa experiência me mostrou que mesmo em cidades do interior, com o nosso trabalho, nós temos a capacidade de fazer uma mudança cultural”, afirmou.

A dificuldade em reconhecer a capacidade das mulheres e que elas ocupam os espaços com a mesma competência dos homens chamou a atenção da juíza Mônica Silveira, diretora do foro da Comarca de Contagem (Grande BH).

Como exemplo dessa dificuldade da população, a magistrada relatou situação vivenciada na Comarca de Pirapora (Noroeste de Minas), quando foi fazer compras e a caixa do supermercado ficou olhando para o marido da juíza, esperando que ele pagasse a conta. “O tribunal me reconhecia como juíza, me nomeou diretora do foro, mas a comunidade ainda esperava que o meu marido pagasse as contas, porque mulher não pagava as próprias contas. Não havia a expectativa de que uma mulher dividisse a condição de provedora de um lar”, disse.

Há também situações em que o ingresso da mulher na Magistratura é motivo de orgulho, tratado como algo inovador. Foi assim com a juíza Roberta Chaves Soares, do 4º Juizado de Violência Doméstica de Belo Horizonte, que se recorda, com carinho, de quando seu pai foi levá-la na rodoviária e a acompanhou no embarque para uma viagem para a Bahia, onde a magistrada iria iniciar na carreira.

O pai da magistrada aproximou-se de um policial e perguntou se ele sabia qual era a profissão da filha. Entre várias tentativas, como professora e médica, a única profissão que o militar não citou foi a de juíza. “Quando passei no concurso da Magistratura foi um orgulho para mim e o meu pai, que tinha essa visão do juiz um homem. Para ele, foi uma coisa inovadora”, disse Roberta Soares.

CARREIRA

Segundo a desembargadora Paula Cunha e Silva, superintendente adjunta da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV), as magistradas ainda encontram dificuldades na ascensão aos cargos de direção. Para ela, o Tribunal, como expressão da própria sociedade, também precisa avançar com relação à igualdade de gênero. “Precisamos nos abrir e evoluir para um Tribunal com

mais equidade, especialmente porque a diversidade, uma Justiça mais inclusiva, nos espaços de poder, de liderança enriquece as tomadas de decisão”, afirmou.

Para a desembargadora, os avanços na sociedade relacionados à igualdade de gênero perpassam fortemente pela mudança cultural, pois há anos as relações sociais estão estruturadas no patriarcado. “É preciso que os homens sejam incentivados a se identificar com as questões de igualdade de gênero. Com o ganho que há na igualdade, que não é apenas um problema das mulheres, pois ela liberta e beneficia todos nós. E predispõe a sociedade para avanços sociais, políticos e econômicos”, comentou.

Com relação à carreira, a juíza Roberta Soares disse, por exemplo, que quando a magistrada vai se inscrever em um edital, que implique mudança de comarca, ela vai avaliar as escolas oferecidas para os filhos, hospitais e toda a infraestrutura oferecida para a família. E o magistrado, de acordo com ela, também faz essas considerações, mas tem mais facilidade em optar pela mudança de comarca, mesmo que a família permaneça na cidade onde estava.

Na avaliação da juíza Bárbara Livio, por mais que a inscrição em um edital seja um ato individual tanto de magistrados e magistradas, há questões de fundo que precisam ser observadas, como os familiares em que a sociedade espera muito mais das mulheres.

Em uma comparação da promoção na carreira com a produção acadêmico-científica, a magistrada citou uma pesquisa na qual 18,8% dos homens disseram que conseguiram manter o mesmo nível de produtividade. Entre as mulheres esse índice foi de 8,1%. “Não estamos pedindo favor. Só queremos relações iguais, reconhecimento igual e oportunidade de reais e não formais”, ponderou.

Para a juíza Mônica Silveira, as mulheres têm a mesma capacidade dos homens, independentemente de uma política de cotas por gênero. Para ela, a paridade nos cargos diretivos dos tribunais é um direito de toda a sociedade, não apenas das mulheres. “Uma questão a ser pensada é que a composição dos órgãos diretivos precisa refletir a composição da sociedade. A diversidade enriquece. Não podemos mais manter a inércia e continuar fazendo as coisas como fizemos”, concluiu. ●



“Foi uma das primeiras vezes que tive a sensação de que a sociedade poderia não me reconhecer como meus colegas homens, de que o imaginário popular do juiz é de um homem branco, um pouco mais velho.”

Juíza Bárbara Livio,
presidente do Fonavid



“O tribunal me reconhecia como juíza, me nomeou diretora do foro, mas a comunidade ainda esperava que o meu marido pagasse as contas, porque mulher não pagava as próprias contas.”

Juíza Mônica Silveira
Vieira, diretora do foro da
Comarca de Contagem

Médico alerta sobre impactos da pandemia na saúde da mulher

Vice da Associação Médica é a favor da divisão das tarefas da casa

Como parte das celebrações do mês da mulher, a Amagis e Amagis Saúde promoveram, no dia 29 de março, uma live sobre a saúde feminina com o ginecologista e mastologista Gabriel de Almeida Silva Júnior, vice-presidente da Associação Médica de Minas Gerais. A conversa foi mediada pela ginecologista e médica auditora da Amagis Saúde, Alice Mello Chaves.

Durante a transmissão, o especialista demonstrou preocupação com o adiamento de consultas em decorrência da pandemia da covid-19, pois, muitas vezes, os próprios pacientes decidem adiar as consultas preocupados com o risco de contágio. "Isso gerou um represamento no número de diagnósticos, como o do câncer de mama, e com certeza esse problema ainda vai persistir por muito tempo", comentou.

Segundo o mastologista, em função desses adiamentos, já é possível notar na rede privada casos em que as pacientes vão consultar com lesões já palpáveis. "Isso não era visto na rede privada há mais tempo", disse Silva Júnior, que reafirmou a importância da mamografia e do diagnóstico precoce.

De acordo com o médico, hoje os consultórios estão mais preparados para atender os pacientes, pois foram criados protocolos de atendimento seguros que vão desde o uso de álcool



Médicos Gabriel Silva Júnior e Alice Mello Chaves

gel à redução do número de pacientes aguardando na sala de espera.

HOME OFFICE

O especialista também falou sobre o impacto do home office na saúde da mulher. Entre suas principais preocupações, estão a dificuldade com o sono, pois ele tem observado que pacientes têm relatado irritabilidade e dificuldade de concentração, que podem ser consequência de um despertar noturno frequente.

Para ele, há uma contradição entre as precauções que as mulheres devem tomar, como fazer exercícios, ter uma boa alimentação e lazer, com as exi-

gências colocadas para elas em casa. "Ficou tudo misturado. A mulher está dentro de casa, preocupada com a cozinha, em atender ao chefe e ter uma boa aparência para as reuniões, principalmente aquelas que ocupam cargos de destaque", comentou Silva Júnior.

Na avaliação do médico, o caminho para diminuir a pressão sobre as mulheres é a divisão de tarefas. "É preciso conversar com as pessoas da casa, separar um horário para cuidar de si. E esse cuidado não é só ir ao médico. É fazer exercício físico, caminhada, meditação, tomar um bom banho. Buscar algum tipo de relaxamento, ter tempo para descansar", concluiu.●





Ana Paula Caixeta, desembargadora

O TJMG lançou, no dia 12 de março, o Selo Mulheres Libertas. A iniciativa inédita da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv) irá certificar práticas de pessoas físicas e jurídicas que contribuem para a prevenção, combate e punição a esse tipo de crime. De acordo com a superintendente da Comsiv, desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, o projeto reforça as ações permanentes de proteção da mulher.

O que motivou a criação do Selo Mulheres Libertas?

Na Comsiv, nós temos três atividades fixas por ano. A semana da Justiça pela Paz em Casa, realizada em março, e estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça desde 2015, ações realizadas em agosto, mês de aniversário da Lei Maria da Penha, e atividades promovidas por ocasião do Dia Internacional de Combate à Violência Doméstica, celebrado em 25 de novembro. Portanto, a proposta de criação do Selo Mulheres Libertas surgiu a partir da necessidade de termos um programa permanente, com o qual o Judiciário possa manter a interlocução com os demais Poderes e instituições públicas. A proposta foi trabalhada e, como o apoio do presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes Soares, criamos o selo.

Qual a expectativa de adesão ao selo?

Temos 297 comarcas em Minas Gerais, entre as quais há muitas indústrias e empresas. Nossa expectativa é termos uma adesão muito importante do setor empresarial, uma vez que o selo tem como objetivo certificar iniciativas que contribuem para a prevenção, combate e punição da violência contra as mulheres. É importante esclarecer que pessoas físicas, com atuação no setor público ou privado, e iniciativas da sociedade civil também podem ser certificadas.

As empresas estão comprometidas com ações de valorização das mulheres?

Há empresas que são exemplo. Estão à nossa frente, pois já seguem a agenda 2030 da ONU Mulheres sobre o empoderamento feminino, prestigiando suas colaboradoras, dando flexibilidade de horário, respeitando o período de amamentação e propondo funções e atividades possíveis de serem compatibilizadas, por exemplo, com a maternidade.

Como a atenção primária pode contribuir no combate à violência contra mulher?

O acolhimento é extremamente importante, seja no Programa de Saúde Familiar (PSF), no pronto-socorro, hos-

pitais e outros serviços que atendam às mulheres. No PSF, é possível observar, por exemplo, que, em um dia, ela se queixa de uma dor de cabeça, em outro aparece com um hematoma e diz que caiu da escada e, na semana seguinte, aparece com o braço machucado. Nesses casos, é preciso desenvolver e aprimorar a escuta ativa, que possibilita identificar se uma mulher está em sofrimento, precisa de ajuda, e o que pode ser feito.

Esse atendimento está restrito à área da saúde?

É preciso termos uma forte rede de enfrentamento ao combate da violência doméstica. Por isso, mantemos um excelente relacionamento com as Polícias Militar e Civil, o MG Mulher, do Governo de Minas, a Defensoria Pública do Estado, e advogados que auxiliam nessa área.

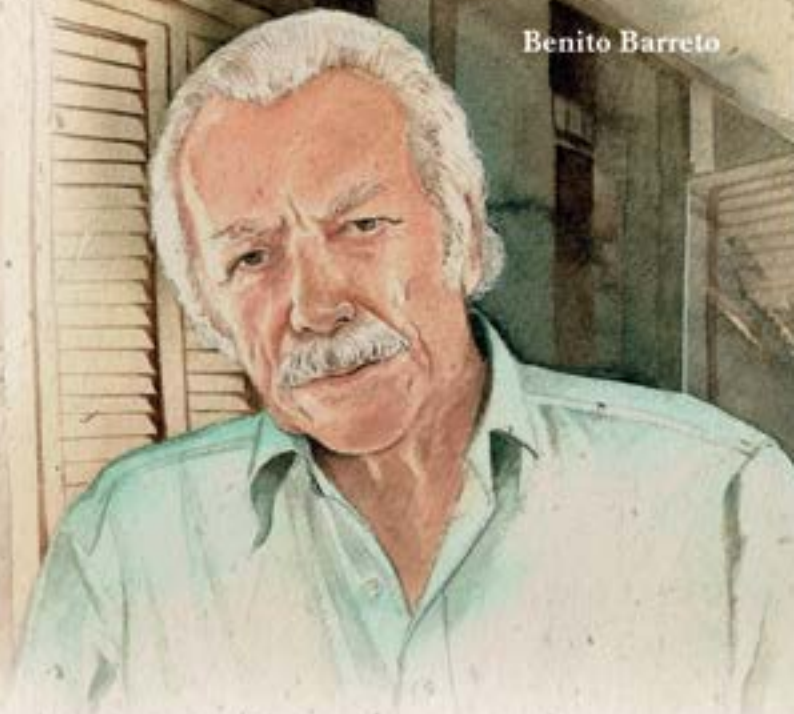
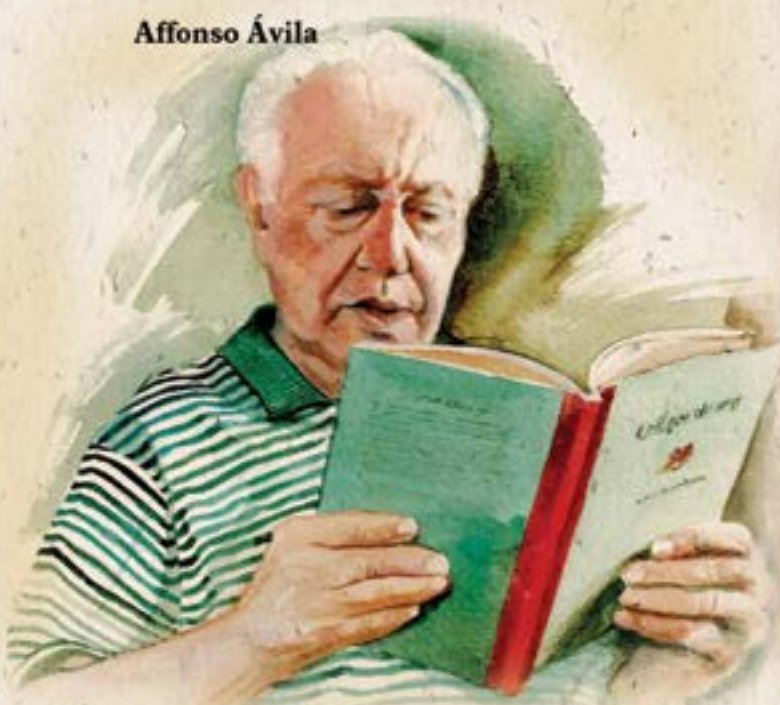
E com relação ao TJMG, como é trabalhado o atendimento?

Em outubro passado, o Conselho Nacional de Justiça publicou a recomendação 75, orientando pela capacitação dos magistrados desde uma perspectiva de gênero. O TJMG saiu na frente desse processo, pois antes mesmo da regulamentação, por meio de uma parceria entre o presidente Gilson Lemes e o 2º vice-presidente do Tribunal, desembargador Tiago Pinto, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), promoveu a capacitação obrigatória dos magistrados sob a perspectiva da mulher vítima de violência doméstica. ●

“A proposta de criação do Selo Mulheres Libertas surgiu a partir da necessidade de termos um programa permanente, com o qual o Judiciário possa manter a interlocução com os demais Poderes e instituições públicas”

Affonso Ávila

Benito Barreto



Estes autores já publicaram na

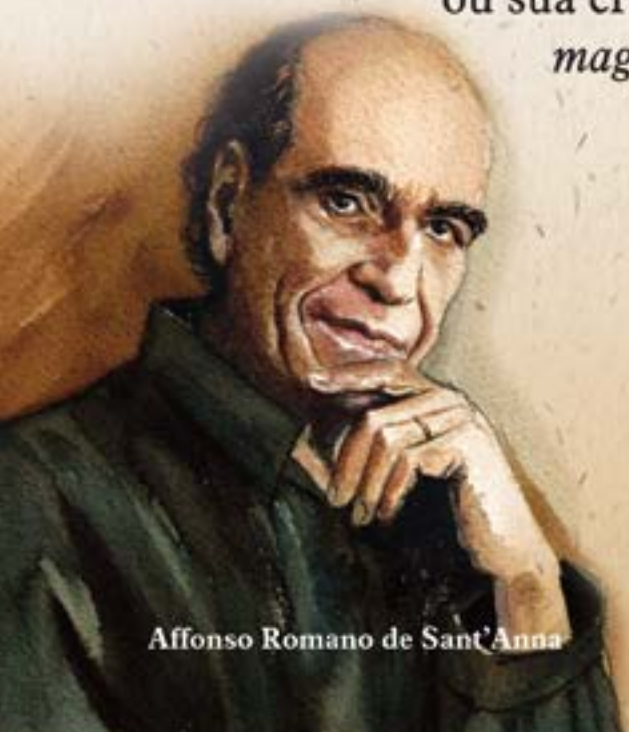
MagisCultura
Mineira

**Junto com eles, muitos juízes e
desembargadores mineiros.**

Agora falta você também publicar!

Mande seu conto, seu poema, seu artigo
ou sua crônica para a próxima edição.

magiscultura@amagis.com.br



Affonso Romano de Sant'Anna



Adélia Prado

CURADORIA



**GUILHERME
AZEREDO PASSOS
– JUIZ DA 5ª VARA
DE TÓXICOS,
ORGANIZAÇÃO
CRIMINOSA E
LAVAGEM DE BENS
E VALOR, DE BH**



O LEGADO NOS OSSOS

Ultimamente tenho acompanhado muito o cinema espanhol, que tem produzido vários filmes interessantes. Por isso, indico o filme *O Legado nos Ossos*. A obra faz parte da chamada Trilogia Baztán e é uma continuidade de *O Guardião Invisível*. A trama gira em torno da apuração de homicídios, na região de Navarra, no interior da Espanha, nos quais as pessoas desapareciam e os crimes ficavam sem solução. O roteiro mistura elementos reais e fantásticos. É uma história muito interessante, muito intrigante. A última película da franquia é *a Oferenda à Tempestade*. Os filmes da trilogia estão disponíveis na plataforma de streaming Netflix.



**EDNA MÁRCIA
LOPES CAETANO –
JUÍZA DA 3ª VARA
CÍVEL DA COMARCA
DE SANTA LUZIA**



RESILIÊNCIA

O livro faz parte da série *Inteligência Emocional*, da Universidade de Harvard. A publicação aborda o quanto é necessário saber lidar com o dia a dia após situações traumáticas. A obra nos mostra como é importante enfrentar nossos conflitos de maneira mais inteligente, abordando que, do conflito, podemos tirar algo positivo, nos reconstruir, ressignificar relações entre pais, mães e filhos, ou seja, entre a família. Indico esse livro para todos que trabalham com o Direito, pois temos de ser resilientes todos os dias. *Resiliência* é uma publicação da editora Sextante. O livro está disponível nos formatos impresso e e-book.

BAÚ DE ACORDES

Choro, alma brasileira



REPRODUÇÃO

Tiago Parrela - *Pelo tempo, por gerações e pela alma, o Choro atravessa nossa história tocando música brasileira e reunindo as pessoas. Essas são as duas essências desse estilo que está prestes a ser reconhecido como patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Está na ordem do dia, aguardando apenas o carimbo para conferir-lhe o status que o povo já antecipou.*

Tanto é que, no próximo dia 23 de abril, será celebrado o Dia Nacional do Choro, como o gênero musical mais genuinamente brasileiro. Por sua multiplicidade, a data é também uma homenagem a dois

aniversariantes do dia. O maestro Pixinguinha, expoente maior do gênero, e o santo São Jorge, padroeiro de vários músicos, como Jorge Ben, Caetano Veloso, Bethânia, Zeca Pagodinho. Pixinguinha criava e tocava; São Jorge inspira.

As primeiras formações de grupo de choro datam da segunda metade do século XIX, por grupos que reuniam cavaquinho, flauta e violão e executavam danças europeias, como a polca, valsa, incorporando o batuque africano, como os lundus, o maxixe, além de outras, de uma forma brasileira e incluídas ao repertório de diversos instrumentistas e compositores da época.

É o que acentua o professor de música da Escola Livre de Artes da Prefeitura de Belo Horizonte, o músico Du Macedo, ao confirmar que o choro é a primeira música urbana brasileira. “O choro é original no sentido de ser a primeira música urbana brasileira. É uma confluência de diversos estilos que passam pelas danças europeias e pelo batuque africano, pela música trazida pelos escravos, e ainda tem uma influência indígena. Ele é único porque abarca vários estilos em um único gênero e carrega consigo uma identidade nacional”, observou. O Iphan será mais bem qualificado quando concluir esse reconhecimento. ●

PENSAMENTO JURÍDICO

Mulher que luta pela outra

A juíza Maria Aparecida Consentino, do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da capital mineira, tem como lema 'ser uma mulher que luta pela outra', especialmente no momento que a violência doméstica tem aumentado. Como identificar um relacionamento abusivo? Qual a importância das redes sociais no trabalho da Justiça contra a violência doméstica? [Foto]



Desafios da direção de Foro

A juíza Alinne Arquette Leite Novais, diretora do Foro da Comarca de Muriaé, na região leste de Minas Gerais, aponta os principais desafios das magistradas na direção de comarcas e de quem tem múltiplas funções no trabalho e fora dele. O Judiciário mineiro conta com a atuação de 331 juízas, das quais 106 são diretoras de foro das 296 comarcas e 24 desembargadoras.

"Mulheres Libertas"

O TJMG lançou iniciativa inédita que certifica pessoas e instituições que trabalham pelo combate à violência doméstica por meio do selo "Mulheres Libertas". O que essa medida representa para a sociedade? Nossa convidada é a desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – Comsiv.

Nova Vara de Tóxicos de BH

O Judiciário mineiro vai enfrentar o crime de lavagem de dinheiro por meio da 5ª Vara de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores de Belo Horizonte. Como irá funcionar para atacar o cerne do problema? Quais são os métodos para uma resposta penal mais eficiente? Nosso convidado é o juiz Guilherme de Azeredo Passos, titular dessa vara.

[Assista ao Pensamento Jurídico no Canal da Amagis no YouTube e nas redes sociais e site da Associação](#)

VIA JUSTIÇA

Legítima defesa da honra

Qual a importância do julgamento da legítima defesa da honra pelo Supremo Tribunal Federal? Debatem o tema o juiz Marcelo Gonçalves de Paula, 2º Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher de BH e integrante da Comsiv, e a defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira, da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em situação de Violência - Nudem/Belo Horizonte. [Foto]



Execução penal contra a Covid

O desembargador Júlio Cezar Gutierrez, supervisor do Grupo de Monitoramento e Supervisão do Sistema Carcerário do TJMG, GMF, e o juiz Evaldo Gavazza, coordenador do GMF e titular da Vara de Execuções Criminais de Juiz de Fora, nos fala qual é a situação hoje nas prisões, com a pandemia se agravando no país? Como foi definido o controle inicial da pandemia nas prisões?

Direito ao esquecimento

O STF barrou, por 9 votos a 1, o direito ao esquecimento no Brasil. Como ver a decisão da Suprema Corte? Qual é o conceito de direito ao esquecimento? Qual é a origem desse direito? Como é aplicado no mundo? Participam do programa a juíza Maria Luíza Santana Assunção, substituta no TJMG, e o advogado Caio Mário Lana Cavalcanti, especialista em Direito Constitucional.

Assédio sexual x assédio moral [reprise]

Qual a diferença entre assédio moral e assédio sexual? O Via Justiça discute sobre o crime de assédio no ordenamento jurídico brasileiro. Nossos convidados são o juiz Vinícius de Ávila Leite, da 1ª Vara Criminal e Infância e Juventude de Patos de Minas, e o advogado Warley Belo, do Instituto dos Advogados de Minas Gerais - IAMG - e Instituto de Ciências Penais.

TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]

www.youtube.com/amagismg/videos

Consulta médica pela internet

A Amagis Saúde disponibiliza uma plataforma de consultas com médicos por meio da internet. Estão disponíveis diversas especialidades como Cardiologia, Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia, Neurologia, Ortopedia e Pediatria, entre outras, além de atendimento para casos suspeitos de Covid-19. *

**Acesse amagissaude.com.br
e marque sua consulta**



*A lista de especialidades pode ser modificada sem aviso prévio.

Extrato de IRPF está disponível no APP da Amagis Saúde

Demonstrativo também pode ser baixado no site do plano

Os contribuintes de todo o País têm até o dia 30 deste mês para entregar a declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física de 2021. Para agilizar e facilitar o acesso ao demonstrativo de despesas médicas, a Amagis Saúde disponibilizou o documento no aplicativo do plano, na opção 'Extrato de IRPF', e no site amagissaude.com.br.

As despesas médicas são um dos custos dedutíveis na declaração, que podem reduzir o imposto a ser pago ou aumentar sua restituição. O contribuinte pode declarar seus gastos, os dos dependentes e dos alimentandos. Os comprovantes dessas despesas precisam ser guardados por cinco anos.

Os usuários da Amagis Saúde podem baixar o aplicativo nas lojas virtuais Google Play ou na AppStore. No site amagissaude.com.br, o usuário deve acessar a área do beneficiário, selecionar o tipo de acesso, clicar em 'Extrato de IRPF' e, depois, em 'Gravar o PDF'.

O download para preenchimento da declaração pode ser feito no site receita.fazenda.gov.br, na opção 'Meu Imposto de Renda'.



Clique em Extrato IRPF e acesse o demonstrativo

ANS orienta planos sobre recomposição

Plano informa associados sobre as orientações da Agência

Por meio de comunicado divulgado em 5 de março, a Amagis Saúde prestou esclarecimento aos usuários do plano sobre a anotação 'recomposição dos reajustes suspensos em 2020', presente no boleto do plano.

Em agosto do ano passado, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) suspendeu a aplicação dos reajustes anuais de planos

de saúde, bem como das variações decorrentes da mudança de faixa etária, no período de setembro a dezembro de 2020.

Quatro meses depois, por meio do Comunicado nº 87 da ANS, de 26 de novembro de 2020, a Agência anunciou que os reajustes por variação de custos [anual] e por mudança de faixa etária, não aplicados em 2020, deveriam ser objeto de recomposição

a partir de janeiro de 2021, conforme critérios definidos pelo órgão.

De acordo com a ANS, a cobrança dos valores relativos à suspensão dos reajustes deve ser feita em 12 parcelas iguais e sucessivas, de janeiro a dezembro deste ano. A Agência também determinou aos planos que discriminem a cobrança, de maneira clara, informando o número da parcela a ser quitada e o número de parcelas totais.



PRESIDENTE
Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO
PLANO DE SAÚDE
DA ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Diretor de Saúde
Desembargador Edison Feital Leite
Diretora Financeira
Juíza Flávia Birchall

Conselho Gestor:
Segunda Instância
Geraldo Domingos Coelho
Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes
Valéria da Silva Rodrigues Queiroz
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Flávia Birchall de Moura
Kenea Marcia Damato de Moura Gomes
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Guilherme Azeredo Passos
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Fábio Torres de Sousa

Suplentes
Marcos Alberto Ferreira
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Ana Maria de Oliveira Froes
José Maria dos Reis
Suplentes
José Nicolau Masseli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora da Amagis Saúde
Juíza Kenea Márcia Damato de Moura
Gomes

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo - Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Bacvaroff - Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques - Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela - Mtb - MG: 14634
Izabela Machado - Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Publicare Design
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albitea, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Plano vacina contra a gripe

Amagis Saúde imunizou cerca de 730 pessoas

Dos dias 29 de março a 5 de abril, aproximadamente 730 pessoas participaram da Campanha de Vacinação Contra a Gripe promovida pela Amagis Saúde, no Parque Esportivo da Associação, em Belo Horizonte. Foram vacinados magistrados e seus dependentes, incluindo aqueles que não são beneficiários do plano.

Durante a vacinação, foram observados todos os protocolos de prevenção à Covid-19. As pessoas com dificuldade de locomoção puderam ser imunizadas, dentro do carro, no estacionamento do Parque Esportivo. A vacina aplicada previne contra o vírus da gripe Influenza tipo A e B, entre eles o H1N1, que pode causar graves complicações de saúde.

Os magistrados que atuam nas comarcas do interior poderão ser vacinados durante ação realizada pelo TJMG. Em função do volume de doses adquiridas, o Tribunal irá promover a vacinação no interior. Pesquisas demonstraram que, pela Amagis Saúde, os custos para os associados fora da capital está acima do praticado no mercado.●



Desembargador Gilson Lemes, com sua filha Ana Carolina

DICAS AMAGIS SAÚDE

Oxigênio domiciliar

Quando é recomendado?

A oxigenoterapia domiciliar é recomendada nos casos em que os pacientes com doenças respiratórias crônicas precisam de suplementação de oxigênio diariamente.

Qual o objetivo desse tratamento?

Manter as taxas de oxigênio no corpo acima de 90%, que é o percentual considerado ideal para o organismo funcionar normalmente.

Quais os efeitos da oxigenoterapia?

Melhora as variáveis fisiológicas e sintomas clínicos e aumenta a tolerância ao exercício. Diminui a necessidade de internações hospitalares e melhora os sintomas neuropsiquiátricos decorrentes da hipoxemia crônica.

O tratamento é reembolsável?

A Amagis Saúde reembolsa a locação de oxigênio domiciliar [concentrador e/ou cilindro], no limite de 75% do valor das despesas pagas pelo associado.

Como solicitar o reembolso?

O associado deve encaminhar ao plano o requerimento assinado pelo titular, informando os dados bancários, nota fiscal ou recibo, pedido médico contendo justificativa, fluxo de O₂, tempo de uso diário e via de administração.

Para quem devo encaminhar os documentos?

Para o Setor de Reembolso da Amagis Saúde, por meio do telefone [31] 3079-3482 ou pelo e-mail: reembolso@amagis.com.br.

Amagis Saúde informa

A realização de alguns exames e procedimentos necessita de autorização prévia pelo plano de saúde

Ao sair da consulta, verifique junto ao plano se a autorização é necessária para aquele pedido.

Mais informações pelo e-mail autorizacao@amagis.com.br ou no site amagissaude.com.br



DATAS HISTÓRICAS

1976

Criação do Departamento Médico, Odontológico e Hospitalar

1983

Criação do Centro Odontológico na sede da Amagis

1985/1987

Tem início a assistência hospitalar a partir de convênio assinado com o Hospital Felício Rocho

1996/1998

Aprovação do regulamento e criação do plano de saúde

2002

Realização do 1º Integramagis

2010

Agência Nacional de Saúde Suplementar reconhece a Amagis Saúde como plano de autogestão

2011

Lançamento do programa Amor à Vida

2014

Criação do plano de saúde Grupo de Estados, que incluiu a cobertura nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, além de Minas Gerais

2017

Lançamento do Programa de Check-up

2020

Implementação da teleconsulta no enfrentamento da pandemia de Covid-19

Reestruturação do plano foi principal conquista dos 45 anos

Vice-presidentes atuaram pelo aperfeiçoamento da Amagis Saúde

Criada na gestão do desembargador Erotides Diniz (1975-1976), na presidência da Amagis, a Amagis Saúde, que, no dia 22 deste mês, completa 45 anos, tem como um dos marcos qualitativos de sua trajetória a reestruturação administrativa do plano, durante a gestão do desembargador Doorgal Borges de Andrada (2002/2003) e mantida e aperfeiçoada pelas gestões que se seguiram.

À frente dessa missão, estava o juiz [hoje desembargador] Tiago Pinto, então vice-presidente de Saúde da Amagis e atual 2º vice-presidente do TJMG. De acordo com o magistrado, nesse período foi feita a formatação jurídica da Amagis Saúde como plano associativo.

Para levar adiante essas medidas, Tiago Pinto contou como o apoio do hoje juiz aposentado José Pedro Mendes do Valle, então diretor, e da coordenadora à época, Sueli Tréscia. Como resultado desse trabalho conjunto, a Amagis Saúde foi efetivamente registrada na Agência Nacional de Saúde e a gestão financeira do plano foi profissionalizada.

Além do campo administrativo, o desembargador Tiago Pinto e o juiz Mendes do Valle inovaram ao criar o Integramagis, em 2 de agosto de 2002. A iniciativa foi pioneira entre os programas de prevenção à saúde, promovendo também a integração da classe em



encontros na Associação. Segundo o desembargador Tiago Pinto, o programa foi criado a partir da constatação de que consultas, de um mesmo associado, repetiam em um curto espaço de tempo. “Era preciso trazer ao convívio associativo a classe de juízes, principalmente os aposentados e pensionistas”, comentou.

Na avaliação do magistrado, a gestão profissional do plano tem sido a tônica de todas as diretorias da Amagis e Amagis Saúde até hoje. “Ao término da gestão, as que se lhe seguiram cumpriram com rigor e êxito as finalidades do plano de saúde, que hoje, e por muitos anos, é o melhor plano associativo do País, na consideração da ANS”, afirmou.

O aperfeiçoamento permanente da Amagis Saúde, como observou o desembargador Tiago Pinto, continuou sendo a tônica das gestões da Associação, seja no campo administrativo, na cobertura médica ou em ações de saúde preventiva.

Em 2009, na presidência do desembargador Nelson Missias de Moraes (2007-2009), a ANS atestou, mais uma vez, o trabalho realizado pela Diretoria na Amagis Saúde. Em março daquele ano, a Agência referendou a reforma do estatuto.

Na ocasião, mais precisamente em setembro de 2009, o então presidente da ANS, Fausto Pereira dos Santos, visitou a sede da Amagis Saúde para conhecer



“Ao término da gestão, as que se lhe seguiram cumpriram com rigor e êxito as finalidades do plano de saúde, que hoje, e por muitos anos é o melhor plano associativo do País, na consideração da ANS”

Desembargador Tiago Pinto

“A Amagis Saúde é reconhecida pela ANS como a autogestão de referência para o Brasil, atribuindo avaliação máxima em todos esses anos. Nossa conquista, nosso orgulho, é também nossa família”

Desembargador Bruno Terra

“É claro que muito temos a crescer, mas percebemos que o sonho iniciado com os desembargadores Erotides Diniz e Márcio Aristeu Monteiro de Barros vem se concretizando a cada gestão”

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

o funcionamento do plano. “O trabalho é feito com seriedade, é possível constituir a saúde financeira e econômica de uma empresa e equilibrar uma operadora de médio para pequeno porte”, disse Santos em sua passagem na sede da Associação.

Foi nesse período que a Amagis Saúde, cujo vice-presidente de Saúde era o desembargador Bruno Terra Dias, foi consolidada e reconhecida definitivamente pela ANS como plano de autogestão, dando mais um importante passo em sua profissionalização. “A Amagis Saúde é reconhecida pela ANS como a autogestão de referência para o Brasil, atribuindo avaliação máxima em todos esses anos. Nossa conquista, nosso orgulho, é também nossa família”, comentou Bruno Terra, observando que o plano “é uma das grandes conquistas da Magistratura mineira”.

No triênio (2010-2012), quando a Amagis foi presidida pelo desembargador Bruno Terra, o vice-presidente de Saúde era o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que, na gestão anterior, havia sido

presidente do Conselho Gestor de Saúde. Na avaliação do magistrado, a consolidação da Amagis Saúde como plano de autogestão pavimentou o caminho para que novos avanços fossem promovidos.

Na gestão de Luiz Carlos Rezende e Santos, a sede do plano foi modernizada para melhor receber os associados, plantões aos finais de semana e feriados foram instituídos ampliando o atendimento aos usuários do serviço, procedimentos administrativos foram agregados e uma coordenadoria técnica em saúde, que foi criada, e o número de auditorias foi multiplicado, a fim de reforçar os cuidados com os recursos da Amagis Saúde.

Entre todas essas realizações, o magistrado destacou a criação do programa preventivo Amor à Vida, um núcleo de especialidades médicas que possibilita aos beneficiários do plano consultarem-se, gratuitamente, na própria sede da Amagis. “Muitos casos de doenças pré-existentes e imperceptíveis foram diagnosticadas e, assim, o pior pôde ser comba-

tido, evitando os transtornos do mal ao associado e seus familiares”, disse Rezende e Santos, atual vice-presidente Administrativo da Amagis.

Segundo o magistrado, Rezende e Santos, a cada nova gestão, a Amagis Saúde passou por inovações que proporcionam cada vez mais um atendimento de excelência aos associados. “O plano vem evoluindo ao longo dos anos, recebendo inclusive reconhecimento nacional pelo órgão de controle. É claro que muito temos a crescer, mas percebemos que o sonho iniciado com os desembargadores Erotides Diniz e Márcio Aristeu Monteiro de Barros vem se concretizando a cada gestão”, avaliou.

Em 2014, quando a Amagis era presidida pelo desembargador Herbert Carneiro (2013-2015), o vice-presidente de Saúde era o desembargador Maurício Soares, que imprimiu mais uma importante conquista na Amagis Saúde.

Durante Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14 de fevereiro daquele ano, 470 associados aprova-

ram a criação da modalidade Grupo de Estados, possibilitando que o plano passasse a oferecer com mais segurança assistência e cobertura em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Exemplo de gestão e participação democrática, a assembleia foi precedida de reuniões com os magistrados nas comarcas do interior para tratar do tema. O desembargador Maurício Soares, por exemplo, em encontro do qual participou o desembargador Tiago Pinto, falou sobre a criação da modalidade Grupo de Estados aos juizes da Comarca de Uberaba (Triângulo Mineiro), no dia 10 de fevereiro de 2014.

Na avaliação do desembargador Maurício Soares, o crescimento e avanços do plano são expressão de sua importância para a classe. “A Amagis Saúde, que há mais de 45 anos cuida do bem-estar da Magistratura, é uma das provas do pioneirismo da nossa Associação. A cada gestão, o plano tem se fortalecido junto com a classe”, afirmou.

Na gestão seguinte, quando o desembargador



“A Amagis Saúde, que há mais de 45 anos cuida do bem-estar da Magistratura, é uma das provas do pioneirismo da nossa Associação. A cada gestão, o plano tem se fortalecido junto com a classe”

Desembargador Maurício Soares

“A Amagis investe em capacitação, gestão empresarial, iniciativas de prevenção, tem rede credenciada sólida, oferece atendimento de qualidade, zela pela saúde dos Magistrados e familiares”

Juíza Luzia Peixôto

“O plano foi criado com a missão de promover a qualidade de vida da Magistratura. A Amagis Saúde seguirá mantendo-se fiel a esse objetivo, continuando a ser referência nos próximos 45 anos”

Juíza Rosimere Couto

Maurício Soares presidiu a Amagis [2016-2018], a juíza Luzia Peixôto assumiu a vice-presidência de Saúde e realizou melhorias. Uma nova enfermeira auditora foi contratada para acompanhar as contas hospitalares, e, pela primeira vez, a equipe passou a contar com uma assistente social, responsável pela visita hospitalar aos associados internados. Em 2016, como parte da celebração dos 40 anos do plano foi instalado, na sede da Associação, um mural com as datas históricas da Amagis Saúde.

O programa Amor à Vida foi ampliado com a contratação do médico psiquiatra Octávio Maia Saliba, que atende na sede da Amagis e atua na prevenção e promoção da saúde mental e emocional dos associados. Entre todos esses avanços, destaca-se o programa de Check-up, com o qual o associado tem direito, gratuitamente e no mês de seu aniversário, a uma bateria completa de exames que possibilitam tratamento precoce de possíveis doenças.

O Check-up tem como reflexo uma redução futura das

despesas da Amagis Saúde, já que a detecção precoce de doenças e a adoção de procedimentos médicos na fase inicial de algumas enfermidades têm o custo mais baixo.

Para a juíza Luzia Peixôto, atual vice-presidente Financeira da Amagis, um dos segredos do sucesso da Amagis Saúde é a capacidade de gestão demonstrada pela Magistratura mineira nesses 45 anos. “O sucesso do plano está na gestão feita pela própria Magistratura, não só na parte financeira. Para atingir esse patamar, a Amagis investe em capacitação, gestão empresarial, iniciativas de prevenção, tem rede credenciada sólida, oferece atendimento de qualidade, zela pela saúde dos magistrados e familiares. Foi assim que iniciou o programa Check Up, enquanto Administradora do Plano de Saúde, juntamente com o presidente Maurício Soares, a equipe diligenciou e a Amagis avançou, implementou o sonho. Hoje comemoramos mais esse sucesso”, comentou.

Ao completar 45 anos, a Amagis Saúde enfrenta aquele que pode ser o seu

principal desafio: a pandemia da Covid-19. O impacto da doença em todo o mundo tem causado mudanças nas rotinas das pessoas, seja pelos cuidados necessários para evitar o contágio pelo coronavírus ou incremento de novas tecnologias.

De acordo com a atual vice-presidente de Saúde da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, que destacou o respaldo dado pelo presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a pandemia tem exigido do plano ações tanto no campo administrativo quanto na atenção à saúde dos associados.

Segundo a magistrada, ao mesmo tempo em que é preciso estar atenta à segurança sanitária dos colaboradores, instituindo home office, definindo novas rotinas e escalas de trabalho para combater a circulação do vírus, é preciso orientar e oferecer novos serviços aos usuários do plano.

Assim, a Amagis Saúde firmou parcerias para garantir agilidade no pronto atendimento em casos suspeitos da doença, celebrou convênios com laboratórios para a realização de exames de detec-

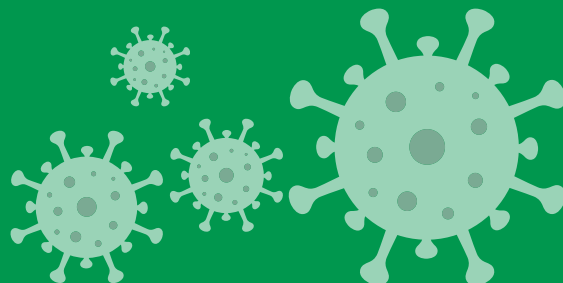
ção do coronavírus, consultas online com assistente virtual, instalou serviço de teleconsultas e criou o boletim informativo sobre a Covid-19.

De acordo com Rosimere do Couto, o plano de saúde vem evoluindo ao longo do tempo, atualizando e aprimorando os benefícios para oferecer todos os recursos possíveis tanto na parte preventiva quanto no tratamento e assistência aos associados e seus dependentes e agora, fornecendo inclusive cobertura e informações no combate ao coronavírus. “O plano foi criado com a missão de promover a qualidade de vida da Magistratura. A Amagis Saúde seguirá mantendo-se fiel a esse objetivo, continuando a ser referência nos próximos 45 anos”, afirmou.

O presidente Alberto Diniz ressaltou que a parceria com a juíza Rosimere do Couto e toda a Diretoria reafirma a importância, ao longo dos anos, na gestão do plano. “Nossa Associação é fruto de uma construção coletiva. E a Amagis Saúde é exemplo bem-sucedido de uma gestão profissional e compartilhada”, disse.●

BOLETIM COVID

Amagis Saúde



Amagis Saúde sugere reavaliação de cirurgias eletivas

A partir desta edição, o Jornal DECISÃO veicula o Boletim Covid, criado pela Amagis Saúde para informar e atualizar os associados sobre as ações necessárias para enfrentar o desafio da pandemia. Diante do aumento exponencial do número de casos de infecções pelo Coronavírus em todo o País, que tem causado lotação máxima nas UTIs em hospitais públicos e privados, a Amagis Saúde sugere aos beneficiários do plano reavaliarem, juntamente a seus médicos, a realização de cirurgias eletivas e, caso possível, reprogramar o procedimento. A medida reduz os riscos de contaminação hospitalar pela Covid-19 e contribui para que os leitos disponíveis sejam direcionados para os casos graves da doença.

FLICKR.COM/PHOTOS/COM_SALUD/8069958414



Máscara é imprescindível durante atividade física

FELIPE BARROS/EX LIBRIS/PMI



O professor Luciano Sales Prado, doutor em Ciências do Esporte e coordenador técnico do Centro de Treinamento Esportivo da UFMG, alertou que o uso da máscara durante a prática de exercícios ao ar livre é imprescindível. "A proximidade física é perigosa. Há um risco de contágio por meio de gotículas, que são expelidas pela respiração", afirmou. *Fonte: UFMG*

As vacinas são seguras?

Sim. Toda vacina licenciada para uso passou por diversas fases de avaliação, desde os processos iniciais de desenvolvimento até a produção e a fase final – que é a aplicação –, garantindo, assim, sua segurança. Todas as vacinas são avaliadas e aprovadas por institutos reguladores rígidos e independentes. No Brasil, essa função cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

Fonte: Governo de Minas

ESCANEIE O QR CODE AO LADO
E ACESSE TODOS OS BOLETINS
COVID-19 DA AMAGIS SAÚDE.





Plano de Saúde inclui 14 novas especialidades na teleconsulta

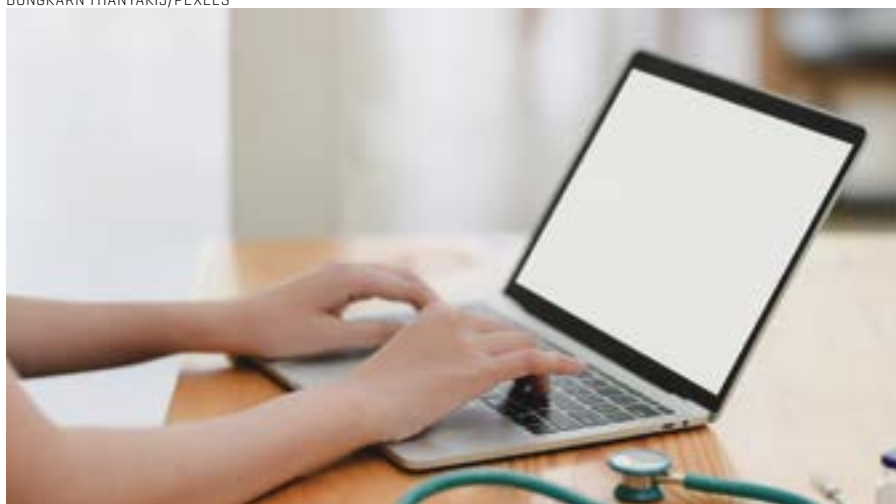
Atendimento é oferecido por meio do site amagissaude.com.br

Diante do compromisso de aperfeiçoar a assistência oferecida aos magistrados e seus familiares, a Amagis Saúde incluiu, em março, 14 novas especialidades médicas no atendimento por teleconsulta. Com a ampliação, o serviço oferecido aos usuários do plano, até o momento, abrange 21 áreas.

Entre as novas especialidades, estão a angiologia, gastroenterologia, neurocirurgia adulta e pediátrica, cirurgias geral, bariátrica, cardiovascular, da coluna, da mão, de nervos periféricos e do aparelho digestivo. Casos suspeitos da Covid-19 também serão atendidos pelo sistema.

O serviço de teleconsultas da Amagis Saúde é realizado em parceria com o Hospital Vila da Serra. O atendimento deve ser agendado previamente, no site amagissaude.com.br, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. A plataforma para a marcação de consultas ficará disponível 7 dias por semana, 24 horas por dia. É preciso confirmar a marcação

BONGKARN THANYAKIJ/PEXELS



Teleconsultas foram adotadas em prevenção à Covid-19

da consulta antes de sair do site.

Após o agendamento, o associado vai receber um e-mail com a confirmação. Cinco minutos antes da consulta, o paciente receberá, também por e-mail, um link para o ambiente virtual da consulta.

Para ser atendido, o usuário do pla-

no precisa apresentar documento oficial de identidade com foto e a carteira da Amagis Saúde. A consulta deve ser finalizada pelo usuário clicando no ícone vermelho com a imagem de um telefone. Caso isso não seja feito, haverá implicações no pagamento. ●

SAIBA MAIS SOBRE A TELECONSULTA

Agendamento das consultas

Para agendar uma consulta pelo teleatendimento, é preciso acessar o endereço eletrônico amagissaude.com.br. O sistema de marcação fica disponível 24 horas por dia. Confirmar a marcação da consulta antes de sair do site.

Documentação necessária

É indispensável que o paciente apresente um documento de identidade oficial com foto e a carteira da Amagis Saúde.

Horários para consultas

De segunda a sexta-feira, entre 8h e 18h. Após o agen-

damento, o associado receberá um e-mail confirmando o dia e a hora da consulta.

Acesso à consulta

Cinco minutos antes da consulta será enviado, por e-mail, um link ao paciente.

Requisitos técnicos

Computador, tablet ou celular com recursos de câmera, áudio e microfone.

Em caso de dúvidas o usuário do plano deve enviar e-mail para teleconsulta@amagis.com.br.